

Ano 1, edição 20

14 de Novembro de 2013

# Leia Aqui

Secretaria de Desenvolvimento Social  
e Direitos Humanos

## III Conferência Nacional da Igualdade Racial



Foto: Cortesia

Representando Laura Gomes, secretária estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, Jorge Arruda, assessor especial do Governo de Pernambuco e presidente do Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Étnicorracial - CEPPIR, esteve em Brasília, presidindo a delegação de Pernambuco, na III Conferência Nacional da Igualdade Racial - CONAPIR. Pernambuco, por meio da SEDSDH, levou 46 pessoas, entre delegados e gestores, além de representantes de ciganos, terreiros, quilombolas e pessoas com deficiência.

A conferência que foi aberta pela

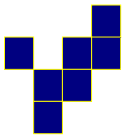
Presidente da República Dilma Rousseff, discutiu durante três dias o tema "Democracia e Desenvolvimento sem racismo: Por um Brasil Afirmativo". Na ocasião, a presidente assinou o decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir; confirmou a criação de uma instância específica para tratar da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Ministério da Saúde; e garantiu que, até março de 2014, todas as comunidades quilombolas do país receberão profissionais do Programa Mais Médicos.

Também participou da sessão solene

a ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros; a secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do CTB, Mônica Custódio; o secretário executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR, Pedro da Silva.

Segundo Jorge Arruda, que coordenou a delegação pernambucana, a CONAPIR alcançou o objetivo e alertou que é preciso avançar mais nas políticas de ações afirmativas em Pernambuco e buscar formas de promover a igualdade racial, além de combater o racismo institucional gerando trabalho para os negros.





## Ação da SEDSDH no Governo Presente de Jaboatão



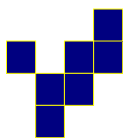
A Escola Estadual Pedro Barros Filho, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, sediou o Governo Presente, onde profissionais das secretarias do Governo do Estado estiveram reunidos no local para uma ação coletiva de presta-

ção de serviço e garantia de direitos a população que se encontra em vulnerabilidade social.

Laura Gomes, secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, designou 40 técnicos do Programa Atitude para traba-

lharem junto a população esclarecendo os malefícios do uso do crack e outras drogas, por meio de contação de história, capoeira e percussão, utilizando a arte como instrumento de alerta para crianças e jovens.





## Governo Presente de Jaboatão Cidadania e Educação na Escola Estadual Barros Filho



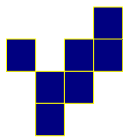
Os profissionais do Programa Atitude também explicaram ao público adulto, em especial, aos pais e professores como funciona o programa. O Estudante da 5ª série do Colégio Municipal Visconde de Suassuna, João Vítor, 12 anos, assistiu a contação de história e aprovou a iniciativa. "É a primeira vez que venho e já gostei. As histórias ensinam que não se pode usar drogas,

cerveja, álcool, qualquer tipo de droga, especialmente as crianças", destacou.

A SEDSDH levou também para o Governo Presente o Balcão de Direitos, com emissão gratuita de documentação como a 2ª via de Registro de Nascimento e Registro Tardio, além de informações e emissões de Carteira de Trabalho, Carteira do Idoso, Carteira de

Livro Acesso, Cartão do SUS e do Bolsa Família. A dona de casa, Miriam Maria dos Santos, 41 anos, solteira, aproveitou a ação do Governo Presente para fazer seu registro de nascimento para conseguir se casar. "Não tenho R\$40 para pagar meu registro. Então foi muito bom essa oportunidade que o governo nos deu em emitir documentos", comemorou.





## Moradores de Santa Cruz do Capibaribe recebem CEAPA

Foto: Cortesia



Moradores do município de Santa Cruz do Capibaribe passam a contar, a partir de agora, com uma Central de Apoio às Medidas e Penas Alternativas - CEAPA, que atenderá o Agreste do Estado. Laura Gomes, secretária estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, acompanhada de seu executivo de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Moraes, entregou à população daquela região, o CEAPA, que

irá planejar e monitorar a política estadual de penas e medidas alternativas aos programas de prevenção criminal e inclusão social, com o objetivo de promover educação, profissionalização e consequentemente emprego e renda.

Segundo Laura, a CEAPA tem uma importante função em integrar socialmente aqueles que cometem pequenos e médios delitos, dando uma

chance de poder recomeçar assim que pagar sua dívida com a sociedade. "São pequenos delitos que vamos administrar com medidas alternativas e evitar que essas pessoas ocupem mais uma vaga nas penitenciárias. É mais uma ação humanista do governador Eduardo Campos que traz esse olhar focado na interiorização das ações socioassistenciais", destacou.

Já para o prefeito Edson Vieira, iniciativa é um grande avanço para o município. "Esse é um conjunto de forças para dotar Santa Cruz com uma maior estrutura de ações preventivas e de ressocialização. Fico muito feliz e satisfeito por receber essa atenção do Governo do Estado".

Estiveram presente na entrega da Central de Apoio às Medidas e Penas Alternativas, localizado no Fórum de Santa Cruz do Capibaribe, a gerente estadual de Medidas Alternativas e Integração Social, Cristina Vasconcelos; o deputado estadual Diogo Moraes; a vereadora Narah Leandro; integrantes do Poder Judiciário local e representantes da sociedade civil.

## Atividades dos CREAS monitoradas pelo Pacto pela Vida

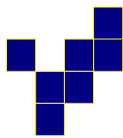
Coordenadores dos treze Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Pernambuco, estiveram reunidos no último dia 13, no Hotel Vila Rica, localizado na Av.Boa Viagem. O encontro que foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, por meio da sua executiva de Desenvolvimento e Assistência Social - SEDAS, teve por objetivo discutir as ações realizadas no ano de 2013 e a apresentação do planejamento estratégico para o próximo ano. Além disso, foi explicado aos coordenado-



res pela Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que a partir de agora, os CREAS serão monitorados pelo Pacto pela

Vida. Na oportunidade, técnicos falaram ainda dos entraves identificados na oferta de serviços especializados à famílias e indivíduos em situação de violação de seus direitos durante esse ano.

Segundo Ana Célia Farias, secretária executiva da SEDAS, que na ocasião representou Laura Gomes, secretária estadual de Desenvolvimento Social, os serviços que são oferecidos pelos CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, buscando sempre a acolhida e a escuta qualificada com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares.



## Secretária visita obras da Cadeia Pública de Santa Cruz do Capibaribe

Foto: Cortesia



"A cadeia que estamos construindo não seria possível se não tivéssemos trabalhando juntos, Governo do Estado e Municipal, para tornar reali-

dade essa obra que vai ressocializar os privados de liberdade desse município", falou Laura Gomes, secretária estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSDH, ao visitar as obras da Cadeia Pública de Santa Cruz do Capibaribe, Agreste do Estado.

Na ocasião, Laura falou da importância das cadeias nos municípios, pois os privados de liberdade ficam mais próximos de seus familiares. A unidade prisional de Santa Cruz do Capibari-

be vai abrigar 120 reeducandos em 3 pavilhões. Segundo ela, com essa ação, o Governo do Estado propiciará aos privados de liberdade a ressocialização com dignidade e agora com a implantação do patronato na região, o qual irá assumir o preso, depois que ele cumprir a pena, não para fiscalizar, mas sim para cuidar, apoiar na volta a sociedade e principalmente ao mercado de trabalho, garantindo que ele não volte ao mundo da criminalidade.

Acompanharam Laura na visita o prefeito Edson Vieira, o deputado estadual Diogo Moraes, vereadores da cidade, além de juízes e promotores do Fórum municipal.

### PROCON-PE divulga nota técnica sobre reajuste de mensalidade escolar e cobrança de taxa de pré-matrícula

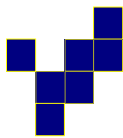
A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, por meio da sua executiva de Justiça e Direitos Humanos / PROCON, divulgou nota alertando os pais de alunos sobre reajuste de mensalidade escolar e cobrança de taxa de pré-matrícula.

Com a chegada do fim do ano letivo, alguns estabelecimentos de ensino estão cometendo práticas como exigir taxa de reserva de matrícula, cobrar mensalidade extra e divulgar o valor da anuidade ou semestralidade, sem mostrar a planilha de custo para respaldar o valor do reajuste cobrado.

Segundo Paulo Moraes, secretário executivo da SEJUDH, tais práticas são consideradas ilegais. A Lei federal nº 9.870/99, estabelece critérios para o valor das anuidades escolares e seus reajustes. De acordo com a Lei, o valor das parcelas da anuidade ou semestralidade não pode ser reajustado em prazo inferior a um ano. Além disso, não existe percentual máximo para o reajuste da mensalidade, no entanto, ele deve ser compatível com a prestação do serviço. A Lei determina ainda que os estabelecimentos de ensino devem divulgar uma planilha de custos em local de fácil acesso ao público, com antecedência mínima de 45 dias da data da matrícula. Nesta planilha deve constar o valor total da anuidade ou semestralidade, bem como todos os custos da escola.

**TAXA DE PRÉ-MATRÍCULA** - A matrícula nada mais é do que uma parcela da anuidade ou semestralidade. A cobrança de taxa de reserva de matrícula ou taxa de pré-matrícula é uma prática ilegal, sendo somente permitida para os alunos novatos ou para aqueles pais que espontaneamente quiserem pagar, não sendo obrigatório. Contudo, o valor pago a título de reserva de matrícula deverá ser descontado na primeira mensalidade.

Dessa forma, o PROCON-PE recomenda que os pais de alunos devem ficar atentos para toda e qualquer cobrança efetuada pelas instituições de ensino. É preciso exigir a divulgação da planilha de custo e a cópia do contrato da prestação do serviço. Caso as escolas não cumpram as determinações da Lei, o consumidor poderá denunciar, sendo garantido o anonimato. O telefone do órgão para denúncias é: 3181-7000.



## Sistema de monitoramento analisa o Planesan



Equipe da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Pernambuco, estar finalizando o sistema que irá monitorar as ações desenvolvidas pelo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Planesan), em todo o estado. A câmara é composta por 13 secretarias estaduais, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDDH), por meio da Superintendência das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Pernambuco é o primeiro estado a concluir e lançar o Planesan. Após seu lançamento a CAISAN vem trabalhando na criação do sistema de monitoramento. Esse sistema tem por objetivo analisar as diretrizes

inseridas no plano, que são sete. Com ele poderá ser diagnosticado alguns aspectos como, qual a região está tendo eficácia nas ações de segurança alimentar e nutricional, onde pode ser melhorado ou ainda, qual a necessidade daquela localidade para que seja implantada novas ações.

A previsão para implantação do sistema de monitoramento, é para janeiro de 2014, o qual será aplicado quatro vezes ao ano. Após os resultados obtidos será elaborado um relatório para ser encaminhado ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e para as secretarias que compõem a CAISAN. Com esse documento os órgãos irão analisar e conseqüentemente atuar nas necessidades apon-

tadas pelo documento.

Para Laura Gomes, secretária estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, esse sistema de monitoramento foi uma exigência do governador Eduardo Campos, para ajudar na atuação das ações de segurança alimentar e nutricional nas regiões de Pernambuco. "Toda a equipe da CAISAN teve a preocupação de criar algo que pudesse complementar as atividades que já vem sendo trabalhadas. O sistema irá detectar as falhas e os êxitos da atuação das ações nas regiões. Isso só facilita o trabalho, para que o processo tenha um andamento rápido e eficaz. Ela ainda acrescenta: "representantes dos estados de Minas Gerais e Ceará e o Distrito Federal, estão solicitando à equipe da CAISAN de Pernambuco, para conhecer o sistema de monitoramento, que servirá como modelo", declarou.

Já Mariana Suassuna, superintendente das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional da SEDSDH, destaca a necessidade de se ter um sistema com essas características. "Avaliar e planejar o funcionamento das ações em Pernambuco, em relação a segurança alimentar e nutricional, por meio de um sistema, é algo inovador, nesta área, dentro do estado", ressaltou.

### EXPEDIENTE

Eduardo Campos  
Governador do Estado

João Lyra Neto  
Vice-Governador

Laura Gomes  
Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Niedja Guimarães  
Chefe de Gabinete

Jô Lima (1443 DRT/PE)  
Assessora de Imprensa

Jacqueline Bezerra (3608 DRT/PE)  
Jornalista

Jô Lima, Jacqueline Bezerra, Mariana Brito e Hugo Leo Delmiro  
Textos

Paulo Maciel e Neto Cavalcanti  
Fotografia

Paulo Maciel  
Diagramação

Hugo Leo Delmiro e Neto Cavalcanti  
Estagiários

## Leia Aqui

Informativo da Secretaria de  
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos  
Assessoria de Imprensa: 31833014/15



Periodicidade: Semanal